

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zera Hora

Class.: 497

Data: 05/05/81

Pg.: \_\_\_\_\_

GERAL

### 190

# Crianças estão morrendo em Ronda Alta

Duas crianças morreram por falta de assistência, no acampamento dos agricultores sem terra, em Ronda Alta, enquanto se aproxima o inverno e a água contaminada consumida pelos colonos ameaça, a todas as cerca de 520 famílias, com epidemias. Esta é a situação atual dos sem-terra, de acordo com uma comissão de agricultores que está em Porto Alegre, numa peregrinação em busca de apoio e soluções definitivas para o problema que enfrentam, e exige uma audiência com o governador Amarel de Souza. Ontem à tarde, em audiência com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Aldo Pinto, os colonos se queixaram que não recebem nenhum tipo de assistência do Governo do Estado. Segundo o presidente do Movimento de Direitos Humanos, Celso Geyer, "quem dá apoio é a Igreja Luterana, a Comissão Pastoral da Terra e entidades filantrópicas".

Além de Celso Geyer, acompanhavam os colonos na visita à Assembleia Legislativa e no encontro com os deputados Celso Testa, Antenor Ferrari, presidentes das comissões de Agricultura e Direitos Humanos, respectivamente, o vice-presidente do Movimento de Direitos Humanos, Jair Krischke, o secretário da CPT, padre João Schio, de Antônio Prado; e membros da Pastoral Universitária de Porto Alegre. Também participou da reunião com Celso Testa e Antenor Ferrari, o deputado José Fogaca. Ainda na audiência com Aldo Pinto, os colonos conversaram com o cacique Juruna, em visita a Porto Alegre.

As perguntas dos agricultores sobre como está sendo encaminhado e resolvido o problema que enfrentam, Aldo Pinto responde que "precisamos esperar oficial do Governo do Estado, através do Secretário da Agricultura, para depois então escolhermos uma tática apropriada". O presidente da Assembleia Legislativa explicou aos agricultores que o secretário Balthazar de Bem e Canto recusou-se a prestar depoimento sobre a situação dos colonos, e que agora foi convocado oficialmente pela Assembleia Legislativa, devendo, por força da lei, comparecer diante de uma comissão de deputados, dentro de alguns dias.

Aldo Pinto lembrou a solução que propôs para resolver o problema dos sem-terra: "O Governo disse que não tinha terras e eu mostrei onde elas estavam, o Exército tem mais de 100 mil hectares de terras ociosas. A AL aprovaria qualquer projeto de lei para comprar terras para os colonos". O presidente da Assembleia Legislativa acrescentou, também, que "entre as soluções apontadas está a reforma agrária, mas temos que colocar os pés no chão e procurar alternativas práticas, uma delas seria comprar terras públicas, para posterior pagamento pelos colonos através do crédito fundiário". O deputado, no final da reunião, recusou um convite para acompanhar a comissão de agricultores ao Palácio da Justiça, porque já havia assumido compromisso anterior para comparecer a uma solenidade militar em homenagem ao general Osório, "que não tem nada que ver com o problema de vocês".

Finalmente, à indagação dos colonos sobre o que deveriam fazer, Aldo Pinto aconselhou-os a manter a mobilização. "Mas devem agir sempre sem subverter a ordem e mantendo o respeito aos

poderes constituídos". O deputado acrescentou que, em visita que fez ao comandante do III Exército, disse que "ou resolvemos o problema social, ou o País entra em convulsão".

#### POLÍTICA AGRÁRIA

O deputado Celso Testa, no encontro com a comissão de agricultores de Ronda Alta, defendeu a necessidade de ser definida uma política agrária no Rio Grande do Sul: "O Governo não tem uma política agrária, e existem no Estado 100 mil sem-terra. Não adianta resolver o problema de Ronda Alta apenas, devemos pensar, desde já, numa solução global para evitar problemas sociais como este, de agora". O presidente da Comissão de Agricultura criticou a decisão do Governo Federal de considerar Santa Catarina área prioritária para a reforma agrária: "Lá não existe conflito social como aqui, se ainda fosse o Paraná, ainda poderíamos entender".

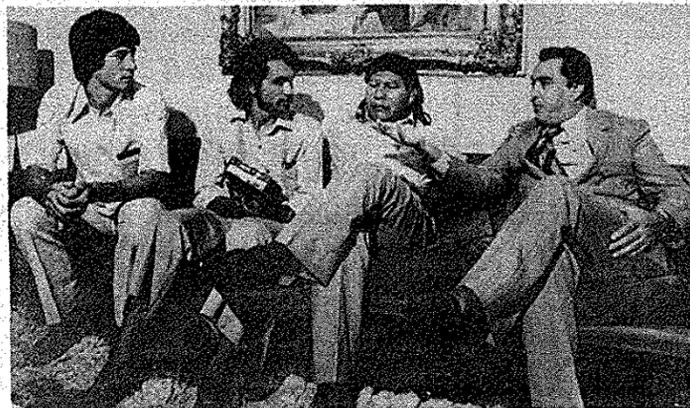
O deputado também criticou o que chamou de "jogo de empurra", que identificou nas atitudes do Governo do Estado e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Segundo ele, "fomos ao Incra e ao Governador, mas um empurra para o outro. O Governador diz que o Incra precisa definir quais as terras que podem ser ocupadas, e o Instituto afirma que só pode agir depois que o Governador determinar".

Os agricultores reivindicam empréstimo fundiário para a compra da terra, pretendendo pagar a dívida mais tarde, com a produção. Eles vão esperar o julgamento, hoje, pelo Supremo Tribunal Federal, do processo relativo à Fazenda Anoni. O julgamento, contudo, não será definitivo, podendo haver ainda recurso por parte dos proprietários, caso a decisão favoreça o Estado.

Hoje, ainda, pretendem visitar o juiz da 5ª Vara da Justiça Federal, responsável pelo processo, depois de um contato com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), às 14 horas. As 18 horas, visitam a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Para pressionar uma decisão favorável do STF as comissões de Agricultura e Direitos Humanos vão enviar telegramas aos ministérios da Justiça, da Agricultura, ao presidente do Incra e ao ministro do STF, além dos presidentes do Senado e da Câmara.

#### PASTORAL UNIVERSITÁRIA

A Pastoral Universitária divulgou ontem uma nota de apoio aos colonos sem-terra de Ronda Alta, onde defende a reforma agrária, critica soluções como "empregos para alguns por salário mínimo e em locais diferentes", e denuncia a concentração da terra no Rio Grande do Sul. Lembra que existem mais de 130 mil famílias, cadastradas pelo Incra, sem terra para viver e trabalhar. A pastoral universitária solicita ajuda em favor dos colonos de Ronda Alta, em agasalhos, gêneros alimentícios e remédios, que podem ser enviados para o Sindicato dos Trabalhadores no Vestuário, rua Pinto Bandeira, 513, ou à Pontifícia Universidade Católica (PUC), sala da Pastoral Universitária, nº 119, prédio 16.



Colonos sem-terra se reuniram ontem com Aldo Pinto para apresentar suas queixas

Informação é da comissão de agricultores sem-terra que ontem estiveram em Porto Alegre

## Agricultores ameaçados de despejo

Os representantes dos colonos sem-terra de Ronda Alta denunciaram ontem, na Assembleia Legislativa, que foram ameaçados de despejo do acampamento por um oficial da Brigada Militar. O vice-presidente do Movimento de Direitos Humanos, Jair Krischke, informou o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Aldo Pinto, sobre a apreensão que tomou conta de todo o acampamento. Segundo Jair Krischke, os colonos denunciaram ao Movimento de Direitos Humanos as ameaças de despejo feitas por um major de nome Caio, da Casa Militar do Governo do Estado, no sentido de que seriam despejados "de qualquer maneira" os colonos que não aceitassem os empregos oferecidos pelo governo. Até o momento, apenas seis agricultores aceitaram. O presidente da Assembleia Legislativa prometeu entrar em contato com a

Secretaria da Segurança para esclarecer o fato.

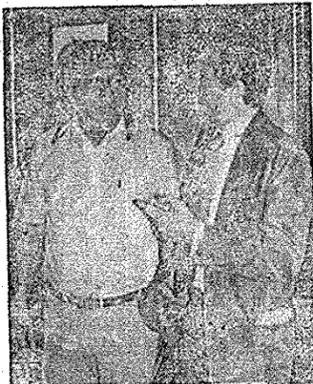
Aos deputados Celso Testa e Antenor Ferrari, os colonos se queixaram dos métodos pouco sutis utilizados por dois agentes policiais, que vigiam sem a mínima discrição o acampamento, tentando fazer-se passar por agricultores. Segundo os colonos, "eles vêm todos os dias por volta das 10h da noite em dois Volks sem placas, um branco e um verde, trazendo gravadores escondidos debaixo dos casacos e armas. Ficam caminhando pelo acampamento escutando as conversas e às vezes, chegam a colar o ouvido nas lonas das barracas para ouvir o que conversamos". Diante da indignação dos colonos com a atuação dos policiais, Antenor Ferrari aconselhou-os "a não aceitar provocações, para evitar desmoralização da luta e não justificar inclusive a repressão policial".

### Juruna, entre os colonos

Chegando de surpresa, sem avisar e sem o usual gravador, o cacique Juruna esteve ontem à tarde visitando a Assembleia Legislativa, à procura de um deputado seu conhecido de Maceló, que está em Porto Alegre. Juruna foi recebido pelo presidente do legislativo, deputado Aldo Pinto (PDT), e pelo senador Pedro Simon (PMDB). Combinou uma viagem aos toldos indígenas de Nonoai e Guarita na quarta-feira, com o deputado Aldo Pinto, acompanhados por integrantes da Associação Nacional de Apoloio Índio (Anai).

Juruna aproveitou a oportunidade para denunciar as condições em que vive o índio no Brasil e acusar a Funai e o governo por permitirem a venda e o aluguel das terras indígenas, criando conflitos entre os índios, posseiros e fazendeiros. A visita de Juruna coincidiu com a presença de uma comissão de colonos sem-terra, de Ronda Alta, que vinham denunciar o agravamento de sua situação no acampamento da beira da estrada, em Encruzilhada Natalina.

A conversa de Juruna e Aldo Pinto demorou e os colonos não esperaram, entrando na sala da presidência. Por coincidência, sentou-se ao lado do cacique o agricultor Saul Marchiori, representante da comissão dos sem-terra de Ronda Alta e ex-posseiro, expulso há poucos anos da reserva indígena de Nonoai. Saul ligou



O cacique Juruna com Pedro Simon

um gravador para conversar com Aldo Pinto, adotando uma providência sempre tomada por Juruna.

Como conciliar os interesses dos posseiros que invadem reservas indígenas e os interesses dos índios? Juruna responde que antes pensava que os culpados pelas invasões eram os posseiros e os fazendeiros, "agora não penso mais assim. O culpado é o governo, é a Funai, que vende ou aluga terras dos índios, os responsáveis por isso não são nunca presos ou processados".